



**A IGREJA CATÓLICA E SUA ATUAÇÃO DE MEDIAÇÃO SOCIAL
DURANTE A DITADURA MILITAR NA REGIÃO AMAZÔNICA: SUAS
INTERFACES COM OS TRABALHADORES RURAIS**

***THE CATHOLIC CHURCH AND ITS ROLE OF SOCIAL
MEDIATION DURING THE MILITARY DICTATORSHIP IN THE
AMAZON REGION: ITS INTERFACES WITH RURAL WORKERS***

ENDRICA GERALDO

0000-0003-2373-9708

Doutora em História pela UNICAMP

Professora Adjunta da UNILA

endrica@gmail.com

LUCIANO ALVES GABARRÃO SILVA

0009-0004-0862-9863

Mestre em História pela UNILA

Professor da SEDUC-TO

lucianogababarrao7@gmail.com

RESUMO: A Igreja Católica no Brasil é diversa e complexa, dividida em três correntes ideológicas: Conservadora, Progressista e Libertadora. A Igreja Conservadora apoiou o golpe de 1964 e representou interesses capitalistas, enquanto a Progressista criticava as desigualdades sociais, mas era contra o comunismo. A corrente Libertadora tinha uma postura radical, focada em questões sociais e nos menos favorecidos economicamente. Durante a ditadura militar, a igreja assumiu uma postura crítica ao governo, defendendo os direitos humanos. A atuação da igreja junto aos sindicatos e a denúncia das violações de direitos humanos foram fundamentais nesse período. Com a redemocratização nos anos 1980, surgiram movimentos sociais e um discurso pró reforma agrária, fortalecendo a luta por terra, como o MST. A ditadura reprimiu esses movimentos, mas não conseguiu extingui-los, porém marcou o ressurgimento dos movimentos sociais e a democratização do país. A política agrária na região amazônica foi marcada por violência e repressão.

PALAVRAS-CHAVE: Igreja Católica; direitos humanos; trabalhadores; movimentos sociais.

ABSTRACT: The Catholic Church in Brazil is diverse and complex, divided into three ideological currents: Conservative, Progressive, and Liberationist. The Conservative Church supported the 1964 coup and represented capitalist interests, while the Progressive Church criticized social inequalities but was against communism. The Liberationist current had a radical stance, focused on social issues and the economically disadvantaged. During the military



dictatorship, the church took a critical stance against the government, defending human rights. The church's involvement with labor unions and its denunciation of human rights violations were crucial during this period. With the redemocratization in the 1980s, social movements and a pro-land reform discourse emerged, strengthening the struggle for land, such as the MST (Landless Workers' Movement). The dictatorship repressed these movements but failed to extinguish them, marking the resurgence of social movements and the democratization of the country. Agrarian policy in the Amazon region was marked by violence and repression.

KEYWORDS: Catholic Church; human rights; workers; social movements.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar a atuação da igreja católica e dos agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das lideranças religiosas da região. A pesquisa busca dar visibilidade aos sujeitos sociais que resistem e se organizam em instâncias coletivas de mobilização e reivindicação de pautas específicas em um determinado tempo e lugar. Segundo Maria Gohn (2011), essas ações promovidas pelos movimentos sociais podem ser diretas ou indiretas, envolvendo pressões, denúncias, resistência ou a promoção de eventos em prol de suas reivindicações. A atuação desses movimentos se dá principalmente no campo político, utilizando estratégias para conquistar a adesão popular e pressionar instituições, como o Estado, para o atendimento de suas demandas.

Durante os governos militares, a expansão da fronteira agrícola na Amazônia Legal foi incentivada como forma de promover um cenário favorável à agropecuária. O processo de expansão contou com investimentos direcionados pelo Estado, que subsidiou as empresas agropecuárias para a exploração da terra. Esse direcionamento dos investimentos contribuiu para o aumento da violência no campo, em uma região já marcada pelos baixos números no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), como ressaltam Crestani, Oliveira e Strassburg (2014).

Até então, a atuação da igreja em questões sociais estava limitada à assistência social e à criação de escolas paroquiais, hospitais e catequese, sempre em parceria com o Estado e as elites industriais e latifundiárias. No entanto, a manifestação da igreja em prol dos posseiros intensificou as medidas tomadas pelo governo, como a promulgação da lei complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o Pró-Rural. Além disso, o Estatuto da Terra buscava impossibilitar a criação de sindicatos, enquanto a nova lei municipalizava os conflitos agrários, deixando nas mãos das autoridades locais. A criação da Superintendência de Desenvolvimento



da Amazônia (SUDAM) pelo governo, que entregou as grandes propriedades rurais para as principais empresas, demonstrou as reais intenções do Estado brasileiro em relação ao capital empresarial, oferecendo incentivos fiscais. Essa manobra aprofundou os conflitos agrários na região, transformando-a em uma zona de alta tensão e intensificando a luta pela terra.

Diante desse contexto, é fundamental compreender a atuação dos agentes da Comissão Pastoral da Terra e das lideranças religiosas da região como sujeitos sociais que resistem e se organizam em instâncias coletivas. A análise desses movimentos e suas estratégias políticas é essencial para compreender as demandas desses sujeitos sociais, bem como as tensões e conflitos presentes na região da Amazônia Legal.

Unidade na diversidade: explorando as diferentes correntes dentro da Igreja Católica

De acordo com Mitidiero Junior (2008), a igreja é plural e complexa e, no Brasil, pode ser classificada em três correntes ideológicas ou setores fundamentais, que, ora divergem entre si, ora comungam dos mesmos interesses.

A Igreja Conservadora representa aversão às transformações sociais, essa mesma igreja apoiou o golpe de 1964 no Brasil; atende aos interesses capitalistas das elites; possuía o lema “a ordem, o progresso e a fé”; não tinha preocupação social com os mais desafortunados socialmente; foi organizadora da “Marcha da família com Deus pela Liberdade”; e fomentava o ultraconservadorismo da direita brasileira. No Brasil, os grandes expoentes dessa corrente “foram os Bispos Dom Sigaund de Diamantina, Dom Castro Mayer de Campos dos Goytacazes e o cardeal Barros Câmara, do estado do Rio de Janeiro” (GONÇALVES, 2012, p. 24).

A Igreja Progressista é oposição à igreja conservadora, critica publicamente as mazelas sociais e o sistema capitalista que aprofundava as desigualdades sociais, porém comungava igualmente da ala conservadora que era contra o comunismo ou revoluções promovidas pelos proletariados. Um dos grandes representantes dessa ala progressista foi o bispo de Olinda e Recife, Dom Hérder Câmara (GONÇALVES, 2012).

A igreja Libertadora é uma corrente política-filosófica radical dentro da igreja. Sua linha ideológica é voltada para as questões essencialmente sociais e os menos favorecidos economicamente. Acredita-se que a relação da igreja com o capital e o sistema capitalista faz parte do pecado, pois creem que é contra as ideias de Jesus Cristo. Havia uma aproximação entre a ciência e o marxismo e o principal defensor desta corrente é o teólogo Leonardo Boff



(GONÇALVES, 2012).

Em relação à Igreja, o que se nota é que ela também muda de posição a partir de 1973. Até 1968, aproximadamente, a posição da Igreja parece ter sido uma posição de expectativa, de apoio mais ou menos claro, de esperança na aplicação do Estatuto da Terra e de solução dos problemas (...) A Igreja começa, nesse ano de 1973, produzindo vários documentos importantes, que são praticamente tomadas de posição, como é o caso dos documentos. Ouvi os clamores de meu povo e também o documento de Goiânia, O Grito das Igrejas (MARTINS, 1985, p. 118).

Contudo, houve mudanças significativas na igreja católica. A ala progressista e libertadora tomou maior protagonismo com o aprofundamento dos militares no governo federal. Ficou visível que eles não tinham interesses em transferir o poder para os civis, que deixou a sociedade sobre uma ditadura, extinguindo os direitos e garantias universais, promovendo torturas e assassinatos, políticas antissociais, contra os movimentos em busca de terra, contra a produção tradicional do homem simples do campo. A igreja assumiu uma postura contra as arbitrariedades, defesa dos direitos humanos e contra a repressão e a tortura e a favor do homem do campo, postura tomada pela mudança ocorrida por meio do Concílio Vaticano II (1962 - 1965) e também pela Conferência de Puebla (1979) possibilitando novas estruturas das pastorais, na Teologia e diretrizes que foram aplicadas. Com a proporção em que a igreja atuava em favor dos movimentos e classes populares, membros da igreja tornavam-se alvo de repressão policial. Gradativamente, a igreja passou a exercer de maneira mais contundente uma postura crítica ao governo dos militares, postura que atraiu diversos movimentos e grupos que viviam sendo repreendidos. Porém, a igreja católica é uma instituição complexa e de pluralidade, há diversas correntes que muitas vezes se divergem por interesses ou por ideologias, parte progressista outra conservadora.

Conforme as transformações nas relações sociais, a Igreja Católica Apostólica Romana apresentou-se de maneira mediadora “conservando a integridade moral, espiritual e psicológica dos trabalhadores e, da mesma forma, preservando a propriedade privada como alicerce do modo de produção capitalista”. Com a contribuição da instituição religiosa, alguns direitos sociais foram criados, com a justificativa da preservação da dignidade do trabalho e do trabalhador. (AMARAL e BILHÃO, 2019, p. 296). “A atuação da igreja junto a sindicatos durante a ditadura, o surgimento dos movimentos de base da pastoral operária, e, ainda, o papel dos movimentos ligados à Igreja na organização dos trabalhadores no campo”, fazem parte da história das relações da instituição religiosa com os movimentos operários e camponeses,



porém, a historiografia não tem privilegiado essas relações.

A Igreja Católica como mediadora na Ditadura Militar: uma revisão historiográfica

As representações na historiografia geralmente remetem ao negligenciamento histórico. Criou-se uma figura do operário como “anarquista, estrangeiro e branco” que trabalha em grandes indústrias e centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro, remetendo esse reflexo com o restante do Brasil, negligenciando diversos aspectos sociais, raça e gênero e religião do operariado. Durante os regimes militares, não foi diferente, os historiadores da Igreja Católica faziam referência aos católicos fora da classe trabalhadora, incorporando o discurso de anticomunismo contra os sindicalismos, como objetivo de “desarticular a classe operária”. Contudo, a historiografia do trabalho desfez e desmontou diversas narrativas na concepção desse estereótipo de operário, desfazendo esse perfil branco, anarquista e masculino.

Todavia, historicamente, a igreja Católica, ao assumir o combate ao comunismo e anti-sindicalismo contribui para a manutenção da sociedade capitalista. Mesmo quando ela assumiu um discurso pró social, preocupada com as dificuldades e “mazelas sociais” não apenas no campo da fé, mas também com atuação no campo político, ao criar, em 1935, a Ação Católica Brasileira (ACB), tinha como objetivo a organização de uma “estratégia de acompanhamento do homem, do nascimento à morte, tendo esse acompanhamento um sentido globalizante”¹ no sentido de controle dos sujeitos sociais dentro da norma. A exemplo também da organização da Juventude Operária (JO

C), Juventude Agrícola Católica (JAC) com formações e orientações.

Durante meio século, o marxismo foi proibido – sob o epíteto caricatural de ‘comunismo ateísta’ – como o inimigo mais terrível e traiçoeiro da fé cristã. A excomunhão decretada pelo Papa Pio XII depois da Segunda Guerra Mundial foi apenas a sanção canônica de uma luta implacável e obsessiva que construiu um muro de hostilidade na América Latina e pelo mundo afora os féis da Igreja e os movimentos políticos orientados para o marxismo. (LÖWY, 2000, p. 111).

De acordo com Luiz Silva (2016), a igreja, como diversos setores da sociedade, apoiou o golpe-civil militar, com a justificativa do temor do comunismo e sua corrente ateia, a qual assombrava não apenas a igreja, mas diversas entidades. Com as violações de direitos civis básicos e o avanço de órgãos repressores, “a igreja católica teve uma posição fundamental nas

¹ Manoel, Ivan. A Ação Católica Brasileira: notas para estudo. Acta Scientiarum, v. 21, n. 1, p. 207-215, 1999, p. 212.



denúncias de desrespeitos aos Direitos Humanos durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).” (SILVA, 2016, p. 6). Essa posição foi se firmando durante o período dos governos militares devido a violação dos direitos humanos. Essas violações afetaram toda a sociedade e, de forma especial, os camponeses. Reprimiu fortemente os movimentos trabalhistas e de oposição, criando órgãos de fiscalização e repressão.

No decorrer da década de 1980 foi representada pelos acontecimentos como a redemocratização, ascensão dos movimentos sociais, e o surgimento de uma pluralidade filosófica e política, assim como o fortalecimento de um discurso pró reforma agrária, ocasionando o fortalecimento dos movimentos associados à busca por terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), referência na luta por direito à terra. Durante a conjuntura do processo de redemocratização, criou-se um espaço em que as possibilidades do trabalhador rural em busca de propriedade rural fossem mais acessíveis, diferentemente do período dos governos militares não havia facilidade como encontrada após abertura política em 1985 e os anos seguintes.

No período da ditadura militar (1964 - 1985), diversas entidades, organização e partidos políticos atuavam de forma clandestina devido às opressões a partir dos Atos Inconstitucionais (AI), que reprimiam os adversários políticos e entidades que não atendessem os mesmos interesses dos militares, fazendo com que esses grupos entrassem na ilegalidade. Contudo, não houve a extinção dos movimentos sociais, porém suas atividades estavam limitadas devido ao contexto político.

A ideologia desenvolvimentista justificava a integração nacional pela incorporação das terras da Amazônia Legal ao mercado. Logo, por meio da perspectiva da Segurança Nacional é que se vendia a ideia de segurança interna e externa. Nesse sentido, em nome da “proteção” da Amazônia era necessário fazer avançar o “desenvolvimento” mesmo às custas das vidas ceifadas, do crescimento do número de pessoas submetidas à pobreza e à marginalização crescentes. A intervenção política/jurídica e institucional sobre a região tinha por objetivo a apropriação da terra e das águas, por meio de ações econômicas e governamentais. A região precisava se abrir à indústria e ao comércio, bem como às redes de transporte e comunicação, tornando-se viável economicamente e conectando-se efetivamente às demais regiões “progressistas” do país. Percebe-se, assim, que “os conflitos agrários” são fruto de uma estratégia de ocupação pensada pelo Governo. Ainda conforme Oliveira (2010, p. 84):



Se por um lado, a repressão era focada como política de controle atrelada à ocupação planejada, por outro favoreceu para o aparecimento dos posseiros como sujeitos de um processo mais amplo que foi o acirramento do conflito, não como contraposição política que se colocava frente ao projeto modernizador que impunha mudanças ao seu modo de vida, mas, sobretudo, como acontecimento que rompia com seu modo de vida e colocava em crise sua sociabilidade, seus costumes e hábitos. (OLIVEIRA, 2010, p. 93).

A década de 1980 proporcionou reacender os movimentos sociais, período em que a democracia reacendeu após durar 21 anos de regime autoritário, alternância de poder entre os militares da mais alta patente, sem a participação civil. O país encontrava-se devastado economicamente, com alto índice de inflação, moeda desvalorizada, desemprego alarmante e economicamente um desastre deixado pelos militares.

Momento em que eclodiram as reivindicações populares, devido às insatisfações geradas pelo abuso de poder, falta de representatividade e as repressões, o que gerou o estopim fazendo a sociedade civil desenvolver movimentos como as Diretas Já (1983) que foi o principal movimento que combatia a ditadura militar e contou com as maiores personalidades brasileiras dentre a liderança católica, artistas e políticos que reivindicavam direitos humanos e a participação política.

Autoridades da igreja católica tiveram papéis decisivos na defesa dos direitos humanos. Na região nordeste se destacou Dom Hélder Câmara, bispo de Olinda e Recife e na região sudeste do país, o cardeal arcebispo de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns. Através das interlocuções, Dom Evaristo Arns fundou a Comissão Justiça e Paz de São Paulo (1972) e nos anos de chumbo as pessoas recorriam a igreja à procura de ajuda.

Os camponeses da região Amazônica, a partir do regime militar, começam a viver uma nova política agrária permeada por violência e repressões, trazendo um tempo de emergência e aprofundamento dos conflitos nos movimentos camponeses. Diante desse cenário cria-se a Federação de Trabalhadores Rurais da Amazônia. A ação violenta do estado faz com que os movimentos sociais de maneira geral, assumam um espaço fora dos órgãos oficiais e vão à clandestinidade, porém não deixam de ser um instrumento de representatividade para os camponeses. O Estado, ciente da atuação clandestina dos movimentos na região, cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1970. Com a criação do órgão, procurava-se neutralizar a possibilidade de mediação dos movimentos sociais com os camponeses.



Ricardo Kotscho (1982) afirma que o agravamento deste conflito teria realmente visibilidade nacional a partir da chegada, em 1968, do bispo espanhol Pedro Casaldáliga. Três anos depois, nomeado bispo de São Felix do Araguaia, escreveu a carta intitulada “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”, a primeira manifestação da igreja em relação a ocupação na região e aos perigos advindos da violência física e da questão social. Devido os anos de chumbo e a censura imposta à imprensa, essa realidade não era exposta, e a carta do Casaldáliga teve grande repercussão, “pois se tratava da primeira denúncia contra ação predatória e antissocial das grandes companhias financiadas pelo governo na Amazônia” (KOTSCHO, 1982, p. 21).

Até então, a atuação da igreja em questões sociais estava limitada à assistência social, bem como à criação de escolas paroquiais, hospitais e de catequizar, porém sempre ligada ao estado, às elites industriais e latifundiárias. Esta manifestação da igreja em prol dos posseiros vem intensificar as medidas tomadas pelo governo, como dificultar a atuação dos movimentos por meio da promulgação da lei complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o Pró-Rural. Enquanto o Estatuto da terra tinha como objetivo impossibilitar a criação de sindicatos, a nova lei municipalizava os conflitos agrários, deixando na mão as autoridades locais. Com a criação da SUDAM, o governo entregou as grandes propriedades rurais para as principais empresas, terras que seriam destinadas para a população, ação que demonstrou as reais intenções do estado brasileiro com o capital empresarial, dando incentivos fiscais para essas empresas. Essa manobra aprofundou os conflitos agrários, transformando a região numa zona de alta tensão promovendo ainda mais a luta pela terra.

A premissa organizadora era a crença da modernização como força capaz de destruir as superstições e relações arcaicas na Amazônia Legal. Assim, a expansão agrícola, patrocinada pelos governos militares, de acordo com Cunha e Silva (2012), contribuía para aumentar a conflitualidade e a violência nos espaços sociais agrários com graves violações dos direitos humanos. O entrelaçamento entre os planos políticos, econômico e social fez da questão fundiária um problema de segurança nacional. De fato, com essa política de ocupação da região, a cultura camponesa foi fragilizada “à medida que houve uma desagregação de costumes e hábitos, ou seja, da cultura dessa população; agravando o futuro destes indivíduos na região. Ou seja, à medida que cresceram os investimentos para o grande proprietário” (CUNHA, SILVA, 2012, p. 6). Na tentativa de apontar alternativas para as formas universalistas de



submissão de todas as dimensões da cultura e da vida, Escobar aponta para duas direções complementares: a resistência local de grupos de base às formas de intervenção, e a desconstrução do desenvolvimento (ESCOBAR, 1995, p. 11), tarefa necessária para a desconstrução das formas universais que estruturam a sociedade moderna.

Faz-se necessário colocar no campo de visão a presença do mundo periférico e de seus recursos e populações pois, “ao desmontar-se a representação da periferia como a encarnação do atraso bárbaro, desmitifica-se a autorrepresentação europeia como a portadora universal da razão e do progresso histórico” (CORONIL, 1997, p. 74). Para ele, uma vez que se incorpora a natureza à análise social, a organização do trabalho não pode ser abstraída de suas bases materiais (CORONIL, 1997, p. 29-30). Não são por acaso os discursos sobre a violência praticada contra os camponeses, os corpos e sobre as terras camponesas, casas e plantações queimadas e destruídas, assassinatos, despejos, ameaças etc. Concordamos com a filósofa alemã quando afirma que: “Toda dor pode ser suportada se sobre ela puder ser contada uma história” (ARENDRT, 1985, p.35). Para Hannah Arendt, a forma extrema de poder é o “todos contra um” e a forma extrema de violência é “um contra todos” (ARENDRT, 1985, p. 35). Frente à violência praticada, uma parte do clero e dos bispos da região Araguaia-Tocantins posiciona-se a favor dos “posseiros” e contra a grilagem de terras.

A Igreja Católica tem importante presença na Amazônia Legal, a partir da segunda metade do século XIX. No caso do antigo norte de Goiás pode-se perceber a atuação da Ordem dos Frades Pregadores (O.P.), com a criação dos Colégios católicos em Porto Nacional e em Conceição do Araguaia, preocupados com a formação da elite da região e com a catequese indígena. Mais tarde, outras congregações e ordens religiosas católicas também adentraram a região. Especificamente no Bico do Papagaio, encontra-se o Colégio Dom Orione, em Tocantinópolis, sede da diocese, assumida pela congregação da Pequena Obra da Divina Providência na década de 1950 e o Colégio Santa Cruz, em Araguaína, ambos, da década de 1960 (CAIXETA, 2014).

Não por acaso, em 1952, Dom Elder Câmara funda a Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Entretanto, ainda no início da década de 1960, a CNBB era constituída por Dom Elder e outros bispos progressistas do Nordeste e um pequeno número de padres e leigos engajados, preocupados em garantir a área de influência do catolicismo no Brasil. A maior expansão dessa atuação “preferencial pelos pobres” se deu após a Conferência Episcopal



Latino-Americana de Medellín (1968) e da Conferência de Puebla (1979). Estas conferências estão fundamentadas na Teologia da Libertação (KRETZER e OTTO, 2009) e impactaram a região do Bico do Papagaio. Com a criação da revista *Voz do Norte* ela passa a fazer as denúncias da violência praticada no “Bico do Papagaio”.

A igreja da denúncia, portanto, foi a Igreja de um grupo de pessoas engajadas com a causa camponesa que davam voz a quem não tinha e, pelos escritos e pela prática, chamavam a atenção do país sob a tragédia que se abatia sob o Araguaia-Tocantins tendo como vítima milhares de camponeses pobres, e como agente da violência, o capital expropriador. (SILVA, 2011, p. 94).

Além da visão em que parte da igreja percebia que o estado promovia aos trabalhadores rurais em particular, políticas e ações que contribuem para que vivam como párias, não tenham participações dos bens nem dos serviços da sociedade, favorecendo viverem na miséria e na ignorância numa situação de desumanidade.

A Criação da CPT e a disputa Igreja vs. Estado: o papel articulador da Igreja na região amazônica

Nas grandes periferias dos centros urbanos e rurais surgem as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), em 1971, entidades mediadoras que se preocupam com diversas questões sociais do indígena à juventude. E a preocupação com a questão da terra não ficou de fora, a CPT foi à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em outubro de 1975 “para ser um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e de ser um suporte para a sua organização”. Os posseiros da região amazônica foram os primeiros a receber os agentes da CPT. A região norte, principalmente ligada à Amazônia, durante o regime militar era e é um ambiente altamente conflituoso em que os grandes latifundiários encontravam respaldo pelo governo federal e com o órgão que fiscalizava as terras da região, assim como o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), que foi criado pelo Decreto-lei nº 1.767, de 1º de fevereiro de 1980.

A criação da CPT representava que igreja percebeu que a intensificação dos conflitos na região amazônica era um descaso da política do governo federal, e devido a isso a igreja criou um instrumento que fosse articulador desses conflitos e que fosse capaz de conectar as prelaças e as diversas dioceses da região amazônica. A atuação da Pastoral da Terra não agradaria as autoridades e os latifundiários, entrando numa polêmica ainda maior quando a



CNBB cria um documento “Igreja e problemas da terra” apresentado em fevereiro de 1980, esboçando a disputa entre a Igreja e o Estado no qual os bispos assumiam um apoio aos esforços e resistência do homem no campo em favor de uma digna reforma agrária. O presidente da república, em contrapartida, desenvolve uma estratégia de um órgão que ficasse a frente, criando o GETAT, se tratando de uma atuação inversa ao que a igreja tinha proposto. “Para manter um controle maior sobre as ações da Pastora da Terra, a CNBB exige que a esta entidade seja nacionalmente presidida por um bispo católico” (GONÇALVES, 2012, p. 16).

A direção do GETAT à época da sua fundação aceitava as denúncias de maneira formal. Para que houvesse uma possível providência contra os abusos e arbitrariedades, os camponeses eram representados geralmente por religiosos ligados à CPT, entidade que representava os trabalhadores rurais por meio de assessoria jurídica através de advogados que eram os representantes legais que estavam a par dos acontecimentos ocasionados por autoridades. Isso “provocou o ódio generalizado de grileiros, pistoleiros, funcionários públicos, policiais e magistrados arbitrários contra os denunciadores, que divulgam com alarde os atos de violência” (FERRAZ, 2000, p. 92).

A CPT caminha por uma frente ampla, tem como objetivo uma sociedade igualitária e possui uma caminhada longa e passos bem atuantes. Nessa linha, é uma característica da CPT ser comprometida no campo político e social, colocando-se a serviço dos trabalhadores rurais, uma das classes oprimidas, assume também o seu anseio e projeto de uma nova sociedade, fazendo analogia ideológica à igreja libertadora e progressista.

Os religiosos da região são conhecidos também como subversivos, a exemplo, o missionário Arpone que foi sequestrado por militares através de um helicóptero da FAB em 1979, durante uma atuação dos oficiais contra uma suposta Guerrilha do Araguaia. Para as autoridades, a atuação de alguns bispos e padres era contra as arbitrariedades que promoviam aos posseiros e indígenas, por meio de orientações sobre seus direitos, como a contratação de advogado para auxiliá-los na esfera judicial. Arpone era visto pelas autoridades do governo como um intruso, que desmoralizava as instituições como o INCRA e a GETAT, pois exercia ações de tentar resolver questões sociais e fundiárias na região (KOTSCHO, 1982).

Os 300 lavradores do bico do papagaio que foram pedir ao presidente Sarney urgência na desapropriação das terras em que vivem acamparam em frente ao Palácio do Planalto, onde passaram a noite protegidos por cobertores de jornais arranjados por grupos de jovens e operários das cidades satélites (JORNAL DO BRASIL. 26 jun. 1986. p.1).



Em 1986, o movimento sindical brasileiro, após a morte do Padre Josimo, mobilizou um acampamento com cerca de 400 famílias em frente ao Palácio do Planalto. O protesto teve a duração de 3 semanas enfrentando as adversidades como o frio da noite, pois estavam dormindo ao relento sobre jornais. O presidente da época, José Sarney, os ignorou.

O presidente da CNBB entregou a José Sarney carta elaborada pelos posseiros que há dois dias estavam acampados diante do Palácio do Planalto. Na carta, com baixo assinado, eles reivindicam a desapropriação de 41 áreas concentradas, principalmente, na região do Bico do Papagaio, algumas das quais já tinham sido desapropriadas pelo presidente (O ESTADO DE SÃO PAULO. 26 jun. 1986, p. 14).

Mas a manifestação gerou frutos. O então presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheider, atuou como mediador ao governo federal, teve uma audiência com o presidente da república para fazer a reivindicação dos trabalhadores rurais, o que resultou na desapropriação de diversas áreas rurais, entre elas áreas na região do Bico do Papagaio.

Até então, a atuação da igreja estava limitada à catequese e assistência aos miseráveis, e contava com o apoio dos grandes latifúndios e do governo. A partir de 1975 setores da igreja progressista e libertadora começaram a mudar o papel da igreja, inspirados pela teologia da libertação e na doutrina de opção preferencial pelos pobres. Para a parte progressista da igreja era claro que os conflitos agrários não aconteciam por acaso, mas decorriam da política governamental. Por isso, ela decidiu criar um organismo articulador, capaz de promover uma interlocução entre os camponeses e as autoridades competentes, sua ala progressista, tornou-se porta voz dos oprimidos².

Assistentes sociais que trabalhavam para o governo ficaram surpresos com a mudanças que notaram em alguns posseiros da região nestes últimos três anos: eles já não pedem favores ou esmolas, mas exigem seus direitos, mostrando um conhecimento da legislação que não possuíam antes. Mas o trabalho solidário de Arpone e alguns outros religiosos e agentes pastorais (KOTSCHO, 1982, p. 21).

E por meio da CPT foi possível realizar a mediação e envolver-se nesses conflitos agrários, criando estratégias de resistência, dando orientação jurídica, formações para os camponeses e denunciando as arbitrariedades nos meios de comunicação como fez na *Voz do Norte*. Atuação mediadora construiu pelo vazio deixado pelo Estado, preenchendo esse espaço,

² “É um período em que prevalece uma ideologia de “portavozismos”, quer dizer, os sujeitos sociais não estão configurados para se auto representar e a igreja passa a falar por eles” (ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Op. Cit., p. 99.)



o que ocasionou mudanças nas atitudes dos posseiros. “Eles já não pedem favores ou esmolas, mas exigem seus direitos, mostram um conhecimento de legislação que não possuíam antes” (FERRAZ, 2000, p. 92).

A partir da metade da década de 1980, instituições como a CONTAG e a CPT obtiveram seu maior prestígio na mediação dos movimentos camponeses, principalmente na região amazônica. O governo decide atender projetos e reivindicações apontadas pelas entidades que representavam os trabalhadores rurais. A igreja e as estruturas sindicais atingiam, então, o auge do prestígio junto às instâncias oficiais (FERRAZ, 2000).

O interesse na pesquisa não é evidenciar as características positivas ou negativas da Igreja Católica, porém não podemos deixar de escanteio as atuações frente aos movimentos sociais, o envolvimento no âmbito político na mesorregião do Bico do Papagaio em relação aos camponeses. A discussão presente se fundamenta no instrumento de comunicação desenvolvido pela diocese de Tocantinópolis *Voz do Norte* em contexto a uma estratégia de resistência que permite dar voz aos conflitos que são silenciados pelos meios de comunicação da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o regime militar no Brasil, a Igreja Católica apresentou diversas correntes. Enquanto uma ala conservadora inicialmente apoiou o golpe de 1964, vislumbrando a ameaça comunista, outras vertentes progressistas e libertadoras passaram a criticar as violações de direitos e a opressão promovidas pelo governo. Nesse contexto, a Igreja assumiu novos papéis, ora mediando entre capital e trabalho, ora denunciando a repressão. Sua atuação junto aos movimentos populares também a colocou na mira da censura. Contudo, as transformações ecumênicas do Concílio Vaticano II e a Conferência de Puebla impulsionaram mudanças, fortalecendo as pastorais em defesa dos direitos dos trabalhadores. Assim, a Igreja Católica esteve marcada por pluralidade e disputas internas durante o regime autoritário brasileiro.

A atuação da Igreja Católica em prol dos posseiros marcou uma mudança em sua postura social, que anteriormente estava mais voltada para a assistência social e ligada ao estado e às elites. Essa manifestação intensificou as medidas tomadas pelo governo para dificultar a atuação dos movimentos, como a criação do INCRA e a promulgação de leis que municipalizaram os conflitos agrários e entregaram as terras às grandes empresas.

A política de ocupação da região amazônica promovida pelos governos militares, com



o objetivo de modernização, resultou em aumento da violência e conflitualidade nos espaços agrários, com graves violações dos direitos humanos. A cultura camponesa foi enfraquecida e houve uma desagregação dos costumes e hábitos da população local, prejudicando seu futuro na região.

Em suma, o período do regime militar na região Amazônica trouxe uma política agrária marcada por violência e repressão contra os camponeses. No entanto, a atuação dos movimentos sociais e da Igreja Católica em defesa dos direitos dos camponeses foi fundamental para enfrentar essas adversidades e denunciar as violações dos direitos humanos. A luta pela terra e a resistência local são aspectos importantes na desconstrução das formas de opressão e na busca por justiça social.

FONTES

JORNAL DO BRASIL. 26 jun. 1986. p.1.

O ESTADO DE SÃO PAULO. 26 jun. p. 14.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de et al. **Mineração e garimpo em terras tradicionalmente ocupadas: conflitos sociais e mobilizações étnicas**. Manaus: UEA Edições/PNCSA, 2019. 826 p

AMARAL, Deivison Gonçalves. BILHÃO, Isabel Aparecida. **Igreja católica e mundo do trabalho no Brasil: breve análise historiográfica**. Jundiaí-SP: PACO editorial, 2019.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

CRESTANI, Leandro de Araújo. OLIVEIRA, Nilton Marques de. **Conflitos Agrários no Bico**



do Papagaio, Tocantins. **Revista IDEAS**, v. 8, n. 2, p. 104-134, 2014.

CAIXETA, Vera Lúcia. **Médicos, Frades e Intelectuais: Leitura sobre os Sertões do Brasil Central (1882-1935)**. 2014. São Paulo: CRV.

CUNHA, Valdeir Vieira da; SILVA, Aichely Rodrigues da. A Luta pela Terra no Maranhão: o caso do Bico do Papagaio. **XII Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Uberlândia, 2012.

CORONIL, Fernando. **The Magical State: Nature, Money, and Modernity in Venezuela**. Chicago: University of Chicago Press. 1997.

ESCOBAR, Arturo. **Encontering development: the making and the unmaking of the third world**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FERRAZ, Sidney. **O movimento camponês no Bico do Papagaio: Sete Barracas em busca de um elo**. Imperatriz, Maranhão: Ética Editora, 2000.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

GONÇALVES, Renato Luiz. **A atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Campos dos Goytacazes, RJ: Uma análise do Assentamento Zumbi dos Palmares**. 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado em Instituições sociais e desenvolvimento; Cultura, processos sociais e conhecimento) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.

KRETZER, Altamiro Antônio; OTTO, Cracícia. Educação e Instituições Religiosas. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Ano 1, n.3, 2009, p.259-282.

KOTSCHO, Ricardo. **O Massacre dos Possesiros: Conflito de terras no Araguaia-Tocantins**. São Paulo – SP, Brasiliense. 1982.



LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LÖWY, M. **O marxismo na América Latina**. Uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999.

MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCWACZ, (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

_____. A Igreja face à política agrária do Estado. In PAIVA, Vanilda (org.). **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. **A Ação Territorial de uma Igreja Radical: Teologia da Libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no estado da Paraíba**. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, 2008.

SILVA, Luiz Fernando Mangea. A ditadura civil-militar e a igreja católica no Brasil: uma abordagem do pensamento social católico. **Encontro de História da Anpuh-Rio. XVIII**, 2016, Rio de Janeiro. Anais. Entre o local e o global. Rio de Janeiro - Nova Iguaçu. p01-09. ISBN 978-85-65957-05-2.

Artigo recebido em: novembro/2023

Artigo aceito em: março/2024